

## 10. Um ponto da situação

*“Veremos assim o que fazer com ele, o velho e elementar bom senso, num campo em que a falta de informações fiáveis tão facilmente conduz ao obívio da razão e ao entusiasmo pueril. Que o último se guarde, mas que o primeiro desapareça...”*

Gonçalves, 1993

Partindo dos dados de que actualmente dispomos, podemos encarar a neolitização do Alentejo Central, como o resultado de um processo de colonização, cujos focos mais imediatos devem ser procurados, na linha das explicações tradicionais, em áreas mais ou menos próximas, entre as quais se destacam, pela proximidade e pela acessibilidade, os estuários do Sado e do Tejo (Arnaud, 1982 p. 33), quer estes representem a origem ou, simplesmente, um ponto de passagem.

Efectivamente, alguns dos *habitats* mesolíticos conhecidos nestas áreas, evidenciam, pelo menos na sua fase terminal, alguns elementos do mundo neolítico, com destaque para as cerâmicas impressas, possivelmente absorvidas pelo contacto prolongado com outras populações já neolitizadas.

O abandono dos concheiros e o eventual colapso do modelo económico em que estes floresceram, poderiam estar na origem da instalação das respectivas populações no interior alentejano, no limiar dos territórios tradicionalmente explorados com um modelo económico de largo espectro.

A explicação destes movimentos, poderia residir em mecanismos demográficos internos, na deterioração do suporte económico tradicional, na pressão territorial exercida por grupos neolíticos contemporâneos ou ainda em fenómenos de ordem mental inovadores, em que a arquitectura megalítica se inscreveria como o elemento mais evidente, sendo que todos estes factores, sem se excluïrem mutuamente, podem ter contribuído para o desencadear do processo.

Outra alternativa consiste na instalação, no interior alentejano, dos primeiros *habitats* neolíticos, representados pela Valada do Mato, em simultâneo com os mais antigos povoados costeiros. Neste caso, os fundadores poderiam corresponder realmente a grupos exógenos, provenientes algures do Mediterrâneo ocidental, ou então ser os agentes da expansão de grupos anteriormente instalados noutras áreas litorais, como o Maciço Calcário Estremenho, o Litoral Alentejano ou o Barlavento Algarvio.

A própria formulação de qualquer destas hipóteses depende, entre outros aspectos, da clarificação do papel cronológico-cultural da cerâmica cardial, a que alguns trabalhos recentes atribuem significados contraditórios (Zilhão, 1992; Carvalho e Zilhão, 1994, no prelo; Simões, 1996).

Num quadro muito distinto, se insere a recente proposta de M. Diniz (1994a), que considera uma progressão, pelo interior, de grupos de pastores neolíticos oriundos da Andaluzia, em clara ruptura com a visão tradicional.

A principal dificuldade é que, se eliminássemos a possibilidade de uma progressão pelo litoral dos primeiros grupos neolitizadores, teríamos que admitir a natural anterioridade dos povoados do Alentejo Central em relação aos de Sines e da Estremadura e talvez mesmo do Algarve, leitura dificilmente defensável em face das evidências disponíveis.

É certo que, em última análise, aquela autora admite uma eventual multiplicidade de caminhos, entre os quais navegar, embora possível, não seria preciso.

As dificuldades de navegação e de aportagem a ocidente de Gibraltar podem, com efeito, ter sido suplantadas pela utilização de trajectos terrestres ao longo da orla litoral, cuja transitabilidade deve ter sido largamente vantajosa em relação a presumíveis rotas pelo interior, incluindo a do vale do Guadiana. Não restam dúvidas de que, por enquanto, o litoral

apresenta ainda uma densidade de sítios do Neolítico Antigo nitidamente superior às que podemos reconhecer nas eventuais rotas interiores.

Se se vier a confirmar o modelo apresentado por J. Zilhão (Zilhão, 1992) em que, como se viu, se procurou recuperar os conceitos de Neolítico Antigo Cardial, de origem forânea, e de Neolítico Antigo Epicardial ou Evolucionado surgido a partir da expansão daquele, o Alentejo Central deveria, pelo menos, integrar-se nesta última etapa.

Estes cenários implicam, sempre considerando o caso da Valada do Mato, deslocamentos de grupos neolíticos com cerâmicas impressas, abundante utensilagem microlítica em sílex, pouca pedra polida e raros elementos de mós manuais ou percutores.

Com base na ausência absoluta de indicadores directos de uma economia plenamente neolítica, no sentido económico do termo, situação de que padecem todos os sítios conhecidos no Sudoeste peninsular (Rubio, 1989, p. 12, 13 e 19), é admissível que se tratasse de grupos ainda parcialmente caçadores-recolectores, em que apenas a pastorícia teria já alguma importância económica (Zilhão, 1992); isto não significa, obrigatoriamente, um total desconhecimento da agricultura que podia, nessa fase, ter sido apenas marginalmente assimilada.

Os indicadores indirectos (ou melhor, a raridade deles) parecem apoiar esta leitura, em particular no que diz respeito aos utensílios de moagem e à pedra polida. Também os contextos geográficos da maior parte dos povoados com cerâmicas impressas parecem traduzir uma preocupação nula ou, pelo menos, secundária, com a escolha de solos com vocação agrícola.

Por outro lado ainda, outra das alternativas que, por enquanto, é necessário encarar como viável, é a da presença prévia, no vale do Guadiana, de grupos de caçadores-recolectores epipaleolíticos, responsáveis por parte dos materiais ditos “languedocenses”, omnipresentes ao longo da margem direita do rio (Estampas 60-65).

A neolitização do Alentejo Central poderia, nesta ordem de ideias, ter sido o resultado da interacção entre os grupos recém-chegados, portadores de novas tecnologias e do embrião de um novo modelo económico e mental, e aquilo a que já se chamou o “povo languedocense” (Oosterbeek, 1994a, p. 210, 212), ou, levando ao extremo o paradigma evolucionista, se prescindirmos dos influxos demográficos e os substituímos pelo clássicos “estímulos”, o processo poderia ter tido como foco regional, precisamente o vale do Guadiana, com a progressiva ocupação das outras áreas do Alentejo Central até aí desocupadas. Note-se que uma eventual centralidade do vale do Guadiana no processo de neolitização do Alentejo Central se coaduna positivamente com a densidade do megalitismo de Reguengos, embora, simultaneamente, o mesmo fenómeno seja passível de uma leitura até certo ponto inversa.

Na verdade, na hipótese que, neste aspecto, me parece mais adequada, minimiza-se o papel, ou exclui-se mesmo a existência, de grupos “languedocenses” anteriores ao Neolítico Antigo; as polémicas indústrias macrolíticas seriam, nesta perspectiva, o resultado de uma adaptação a condições ambientais específicas, nomeadamente o potencial cinegético do Guadiana e a abundância de matéria(s)-prima(s), no contexto de diversos modelos económicos de alcance regional, desde o Neolítico Antigo Evolucionado das Pipas (Soares e Silva, 1992, p. 56, Fig. 3) até ao Calcolítico Final de Três Moinhos (Soares, 1992, p. 296; nota 9; Fig. 9), por exemplo.

A possibilidade de uma sincronia genérica entre a neolitização do Alentejo Central e a construção dos recintos megalíticos, aplicável igualmente aos monumentos de Sines (Monte Novo) e aos do Barlavento Algarvio, exige, decididamente, uma recusa de modelos economicistas, importados de outras realidades culturais europeias (Zvelebil e Rowley-Conwy, 1986, p. 74, 80), onde aliás já foram objecto de recentes críticas teóricas (Thomas,

1991, p. 19, 20, 29 e 182); de facto, mesmo que se venha a comprovar alguma actividade agrícola no interior alentejano, desenvolvida pelos primeiros ocupantes deste território, estamos com certeza longe de “uma agricultura bem sucedida, com raízes profundas no passado” (Zilhão, 1992, p. 161), considerada, naquela perspectiva, condição “sine qua non” para a emergência do megalitismo.

Na explicação da génese do megalitismo, ao contrário da neolitização, dificilmente poderíamos recorrer ao paradigma difusionista, por faltarem, obviamente, locais de origem credíveis. Por outro lado, escasseiam desesperadamente as datações absolutas para o megalitismo menérico, lacuna que não é exclusiva da realidade portuguesa.

A extraordinária pujança deste fenómeno na Bretanha, por outro lado, não é acompanhada de contextos artefactuais paralelizáveis com o mundo das cerâmicas impressas, cuja distribuição é fundamentalmente mediterrânea, embora se reconheçam algumas excepções muito desgarradas (Burnez, 1976, p. 89).

Os paralelos mais relacionáveis com os fluxos populacionais e culturais em que se integra o Neolítico antigo português, encontramos-os nos menires da Córsega, de Malta e da região de Otranto (Joussaume, 1985, p. 269 e 270). Note-se, porém, que em nenhum destes casos se trata de verdadeiros cromeleques, mas apenas de menires e alinhamentos.

A distribuição dos recintos megalíticos do Alentejo Central, concentrados, como apontamos, num corredor equidistante em relação aos estuários do Tejo e do Sado e contidos exclusivamente a ocidente do Guadiana, parece reforçar a origem ocidental das populações que os erigiram, em detrimento das eventuais rotas pelo interior.

É preciso reconhecer, no entanto, que, à excepção dos do Algarve, os únicos recintos megalíticos identificados na faixa litoral são os do Monte Novo e da Barreira, ambos muito atípicos e com problemas severos de interpretação.

Porém, a hipotética progressão ocidente-oriental, através da bacia terciária do Tejo-Sado, parece assinalada pela presença dos primeiros cromeleques nas orlas do soco antigo, logo que aparece matéria-prima adequada disponível, enquanto o vale do Guadiana, no outro extremo, marcaria, aparentemente, o *terminus* dessa progressão; creio que esta leitura, ainda de contornos muito imprecisos, ajuda, de certo modo, a compreender melhor a extraordinária densidade e riqueza do megalitismo de Reguengos nas suas diversas vertentes.

Este aspecto foi recentemente sublinhado por V. Hurtado que, referindo-se particularmente aos monumentos funerários, propôs que “o rio deve ter constituído em certa medida um obstáculo, ainda que não intransponível, na primeira expansão destes grupos em direcção à região estremenha em busca de solos adequados”, acrescentando que “o número de dolmens situados na margem oposta, na província de Badajoz, diminui consideravelmente e corresponde a sepulcros de corredor longo” (Hurtado, no prelo). Com os cromeleques, como se sabe, a ruptura é ainda mais nítida, uma vez que não se conhecem de todo na margem esquerda do Guadiana.

Tendo em conta o papel dos grandes rios como referências paisagísticas fundamentais da organização do espaço cultural e económico do homem pré-histórico (Álvarez e Gil, 1988, p. 306), não custa muito admitir que o vale do Guadiana tenha sido simbolicamente percebido, naquele contexto, como um verdadeiro santuário natural, impondo limites e restrições e, simultaneamente, funcionando como polo de atracção.

O megalitismo funerário, pelo menos na maior parte dos casos, ter-se-ia iniciado numa etapa globalmente posterior àquela primeira vaga, agora muito menos selectiva nas estratégias de ocupação dos territórios.

Uma hipótese plausível seria a da irradiação, a partir do eixo demarcado pelos cromeleques e pelos povoados com cerâmicas impressas, para áreas de maior diversidade meso-

lógica, no quadro de uma exploração mais intensa das respectivas potencialidades económicas. A esta expansão teremos, naturalmente, que associar um provável crescimento demográfico, cuja aparência pode ser relativizada por eventuais fenómenos de dispersão e por uma certa mobilidade desses grupos.

A pastorícia constituiu provavelmente, ainda nesta fase, a base comum da subsistência destas comunidades, a par da qual a agricultura foi assumindo, apesar de tudo, uma importância crescente, sempre condicionada pelas diferentes potencialidades agrícolas das áreas ocupadas.

Se o povoamento do Neolítico Antigo parece, actualmente, ter-se inicialmente concentrado em povoados de dimensões razoáveis, formando “ilhas” de povoamento num território praticamente deserto, ou em certas “manchas” de habitat aberto descontínuo, em paisagens muito particulares, os momentos seguintes traduzem uma gradual expansão territorial, para outras áreas, de uma forma quase indiscriminada, num processo que no Neolítico Final se viria a revelar fatal para as piores opções, em competição com os territórios agricolamente mais ricos.

A cronologia do arranque do megalitismo funerário permanece ainda um dos problemas mais obscuros deste processo; a primeira metade do IV milénio a.C. parece, no entanto, bastante consensual, mesmo considerando que alguns monumentos possam ser ainda mais antigos.

A partir da segunda metade do IV milénio encontramos, no Alentejo Central, um povoamento quase ubíquo, cartografável, na maior parte dos casos, através da distribuição das sepulturas megalíticas (Estampas III, 132b); os povoados, esses, começam a surgir, finalmente, na sequência de trabalhos de prospecção regional, como pequenos núcleos de *habitat* aberto, geralmente de difícil identificação.

É indiscutível que, no Alentejo Central, a maioria das antas se articula com as manchas de rochas granitóides (Gonçalves, 1993d, p. 10 e 11), nas mesmas “paisagens megalíticas” em que se obteve a matéria-prima para a construção dos cromeleques (e dos menires isolados) da região.

Os solos leves, a água facilmente acessível, as paisagens abertas e fáceis de transitar, a própria matéria-prima para os monumentos ou ainda uma litolatria mais ou menos subentendida na “arte” rupestre e no fenómeno megalítico, parecem ter determinado o “sucesso” destas paisagens.

Conhecem-se hoje, no entanto, cada vez mais sepulturas megalíticas em terrenos de xisto; são geralmente antas de reduzida expressão arquitectónica, que facilmente passaram despercebidas e cuja fragilidade resultou, provavelmente, num maior grau de afectação.

É certo que nem todas as antas de xisto são do mesmo tipo. Na região da serra d’Ossa, a maioria das antas do Canal (Leisner e Leisner, 1955) ou algumas do concelho do Alandroal — Galvões, Pão Mole e Sta. Luzia (Calado, 1993a, p. 38, 41, 102 e 105) — apresentam uma considerável monumentalidade, que as afasta tipologicamente dos pequenos monumentos do Lucas, por exemplo.

A hipótese, recentemente defendida (Oliveira, 1995) de que a pobreza arquitectónica e artefactual se deveria relacionar com as deficientes possibilidades económicas das comunidades que as erigiram, parece bastante verosímil, embora não se possa excluir, por enquanto, uma concomitante diferenciação cronológica.

Uma das leituras provisórias que se podem propor é a de que as antas mais pobres, numa linha tradicional de interpretação da sequência megalítica, corresponderiam a populações de pastores que, na segunda metade do IV milénio, ocuparam, a partir de núcleos

mais antigos, diferentes territórios do Alentejo Central até aí marginais. As arquiteturas e os espólios megalíticos são ainda, nessa fase, muito elementares, tanto nos xistos como nos granitos, e os povoados são sempre arqueologicamente pouco evidentes.

A otimização das práticas agrícolas, no contexto da Revolução dos Produtos Secundários pode, finalmente, ter arrastado, na sequência de uma eventual competição entre modelos diferentes, a desintegração da economia pastoril, pelo que, só em casos particulares com especial potencial agrícola ou mineiro, encontramos, nos xistos, os espólios “evoluídos” e as estruturas arquitectónicas mais imponentes.

O povoamento do Neolítico Final e Calcolítico parece, na região da serra d’Ossa, sugestivamente desenhado no contexto de uma economia agro-pastoril, em que o primeiro termo foi assumindo uma importância fundamental, considerando os espólios e a localização dos povoados que revelam uma maior estabilidade.

Alguns povoados mais antigos, cuja implantação nas melhores terras agrícolas pode justificar um relativo florescimento económico e demográfico, apresentam uma continuidade até, pelo menos, aos finais do III milénio, em contradição radical com as estratégias de implantação dominantes: sítios como Porto Torrão, Huerta de Dios, La Pijotilla e Valencina de la Concepción teriam subsistido, no período supostamente conturbado em que emergiram os sistemas defensivos artificiais, graças a uma adaptação bem sucedida, em que os próprios efectivos demográficos garantiriam a sua sobrevivência e mesmo a sua eventual preponderância política, em redes estruturadas cuja verdadeira hierarquia, a existir, ainda desconhecemos.

Repare-se que, talvez por serem incomparavelmente mais pequenos, a generalidade dos povoados abertos conhecidos na região da serra d’Ossa, como o Monte da Ribeira e a Salgada, apesar das dimensões relativamente amplas em termos regionais, não parecem mesmo assim ter sobrevivido às violentas convulsões e ao impacto dos novos equilíbrios, isto é, ao ambiente de tensão social e política em que teriam sido erigidos os primeiros povoados fortificados, ainda na primeira metade do III milénio.

É certo que, entre os maiores, apenas em Valencina se definiu até agora uma fase de ocupação em que as carenas predominam e não ocorrem os pratos e que poderemos atribuir ao Neolítico Final (Martín e Miranda, 1988, p. 59); La Pijotilla, Huerta de Dios e Porto Torrão, diferencialmente estudados, poderiam, sem prejuízo da hipótese avançada, ter surgido já numa fase plenamente calcolítica, eventualmente como uma das formas de sobrevivência, em alternativa às fortificações e cujo papel, numa hipotética lógica de afrontamento regional, acabaria se tornar inevitavelmente de centralidade, em termos políticos, económicos e, eventualmente, religiosos.

Estes grandes povoados poderiam, pois, resultar da concentração dos efectivos demográficos dos pequenos povoados abertos que não se fortificaram e que, de um modo ou de outro, foram sendo abandonados, num movimento gregário, pressionados pela necessidade de autodefesa.

É difícil, porém, admitir que esses grandes povoados tenham surgido desde o início com a dimensão que acabaram por adquirir, sendo mais plausível, pois, que a maior parte tenha arrancado e prosperado numa fase anterior à eclosão do fenómeno das fortificações, sem excluir a possibilidade de um movimento centrípeto e relativamente rápido, relacionado com aquele fenómeno.

La Pijotilla, particularmente interessante por se localizar a umas escassas dezenas de quilómetros da região da serra d’Ossa, foi recentemente interpretado como “o principal centro de um território em que a riqueza agrícola do solo se erigiria como a causa fundamental do seu controlo” (Hurtado, no prelo).

Por outro lado, o predomínio religioso é sugerido pela conhecida riqueza do povoado de La Pijotilla, no que toca aos artefactos relacionados com o sagrado, que o tornam o sítio com “maior número de peças idólicas”, na Península Ibérica, estando representados todos os tipos “característicos de outras regiões do quadrante sudoeste” (idem).

Em todos estes povoados se levanta, no entanto, ainda a questão da sua efectiva “abertura”, isto é, os complexos sistema de fossas detectados em Valencina ou em La Pijotilla, neste último caso, com um muro envolvendo todo o povoado, carecem ainda de uma interpretação indiscutível.

Os povoados com boa defensabilidade natural, e entre estes os fortificados, apresentam sempre áreas muito restritas, raras vezes superiores a 1 ha, bastante distintos, quanto às dimensões, dos 5 ha de Los Millares.

Entre eles, podem distinguir-se, desde já, duas categorias em termos de enquadramento arqueológico e das correlativas estratégias de ocupação do território. Um primeiro grupo pode corresponder aos satélites de povoados maiores, em que o investimento na defensabilidade traduziria a natural vulnerabilidade de uma população diminuta, ou se inseriria numa estratégia gerada a partir daqueles hipotéticos lugares centrais, com a função de os proteger, à distância, de eventuais investidas hostis.

O conjunto da Vidigueira, com pequenos núcleos fortificados nos principais acessos à planície, parece ilustrar convenientemente esta leitura, no mesmo sentido, aliás, da proposta de V. Hurtado, em relação à Tierra de Barros, segundo a qual as muralhas dos pequenos povoados fortificados, marginando o território central, não seriam erigidas para “defesa da sua população, como se interpreta em muitos casos, mas para controlo do território” (Hurtado, no prelo).

Este autor não deixa, no entanto, de avançar a hipótese alternativa de as muralhas se relacionarem com a necessidade de autodefesa das respectivas populações em áreas mais expostas a acções predatórias de outros grupos. Em ambos os casos, os povoados fortificados parecem articular-se com posições de fronteira, num território cuja unidade política se depreende da centralidade de La Pijotilla e da uniformidade geográfica da Tierra de Barros.

No outro grupo, em relação ao qual se desconhece a existência de grandes povoados abertos, podemos ainda distinguir os que, como o Monte da Tumba, Leceia e, talvez de outro modo, Monte Novo dos Albardeiros, que, não sendo muito amplos, se fortificaram, numa certa altura, como forma de garantir a sobrevivência, ou os que, como Santa Justa, foram fortificados de raiz, num movimento de enxameamento para áreas sem ocupações anteriores.

O eventual sentido cultural dos povoados fortificados, enquanto formas de inscrição na paisagem de cenários de poder inter e intra-comunitários, foi recentemente valorizado na abordagem deste tema (Jorge, 1994).

A polissemia destes monumentos, em que se deve incluir, desde logo, um significado estritamente militar, necessita ser articulada, no Calcolítico do Sudoeste, com os grandes povoados abertos, em que outros cenários construídos, eventualmente com base nas estruturas negativas, demarcariam, talvez neste caso apenas simbolicamente, os limites dos povoados e possivelmente outros espaços internos.

Os indicadores de interacção, particularmente expressivos nestes *habitats* (Hurtado, no prelo; Jorge, 1994, p. 475), parecem implicar uma maior complexidade em relação aos povoados fortificados das regiões em se inserem.

As referidas “pequenas quintas fortificadas”, de cariz provavelmente familiar, deveriam, internamente, desenvolver uma menor conflitualidade potencial do que os povoados

com milhares de habitantes como devem ter sido La Pijotilla e Valencina de la Concepción; essas diferenças, no entanto, não parecem ter reflexos na monumentalidade dos marcadores da paisagem, confirmando as dúvidas expostas por S. O. Jorge sobre se “um espaço carregado de sinais físicos deve ser sempre considerado mais complexo do que outro que os não tenha” e se “deve ser sempre conectado com uma organização social mais complexa” (Jorge, 1994, p. 489).

A imperceptibilidade das estruturas negativas (fossas, sanjas, silos, fundos de cabanas, etc.), através das prospecções de superfície, permite admitir que muitos dos povoados abertos conhecidos, onde ainda não foram praticadas escavações, podem ter sido “protegidos” ou simplesmente “sinalizados” dessa forma.

Na região da serra d’Ossa, reconhecem-se ainda pequenos núcleos de *habitat* e achados dispersos, genericamente atribuíveis ao Neolítico Final-Calcolítico, que podem traduzir situações muito diversas, em termos funcionais e cronológicos, como sejam:

1. Áreas de actividade na periferia dos povoados.
2. Áreas de actividade pontual, em trabalhos agrícolas ou rotas de pastoreio.
3. Pequenos povoados do Neolítico Final, cuja viabilidade se teria esgotado na reorganização do povoamento do III milénio.
4. Pequenos povoados calcolíticos ou “calcolitizados”, sem grande defensabilidade, cuja sobrevivência se explicaria pelo eventual isolamento em áreas periféricas, relativamente pobres e, talvez por isso, afastadas dos cenários de conflito.

Nos finais do calcolítico, anunciando, aliás, a penumbra do II milénio, o povoamento parece ter-se retraído de uma forma extrema; na região da serra d’Ossa e, com os dados actualmente disponíveis, em quase todo o Alentejo Central, apenas o povoado da Fonte Ferreirinha parece ter sido fundado nesta época, enquanto Famão ou o Castelo de Pavia, embora atinjam esta fase, parecem ter soçobrado no processo.

Não podemos esquecer, neste aspecto, que a percentagem ínfima de cerâmica campaniforme, quando existe, pode implicar que ainda não tenha sido recolhida em alguns povoados de que se possuem apenas amostras diminutas.

O papel relativo da metalurgia e da agricultura ao longo do III milénio não parece, como se viu, idêntico em todo o Sul peninsular. Na bacia do Guadiana, exceptuando o caso do Alto Algarve Oriental, pode afirmar-se que a proximidade de boas terras agrícolas parece ter sido sempre um factor importante na implantação dos povoados; as excepções mais notórias reduzem-se quase exclusivamente aos que apresentam cerâmica campaniforme.

Nestes últimos, a defensabilidade assim como o controle das principais vias naturais de trânsito, parecem ter obedecido, em todos os casos, a uma opção criteriosamente planificada, como se verifica também nos casos do Castelo de Pavia, S. Brás e Três Moinhos, por exemplo.

A emergência de relações sociais tendencialmente complexas, no sentido da criação ou do reforço de elites dentro dos grupos e de hierarquias entre os povoados, ultrapassando possivelmente as anteriores estruturas de parentesco, pode, talvez, detectar-se, na realidade arqueológica regional, desde os primeiros momentos da neolitização do interior.

A construção dos grandes cromeleques, mesmo se, como se admite, não pressupõe uma economia agrícola solidamente implantada, exige, pela primeira vez, uma prolongada e bem dirigida coesão social, difícil de compreender sem uma hierarquia forte e talvez, mas não necessariamente, coerciva.

O investimento diferencial nos vários monumentos pode traduzir, por sua vez, na linguagem simbólica da ritualização da paisagem e no plano de uma eventual



encenação de poder e prestígio, os diversos estatutos dos grupos ou dos povoados envolvidos.

O alcance e a estabilidade dessas hierarquias, permanecem difíceis de avaliar e a respectiva natureza constitui, de momento, apenas uma opção ideológica, impossível de confirmar ou desmentir no registo arqueológico.

Se atentarmos na relativa uniformidade da cultura material, no Sudoeste peninsular, particularmente ao longo do III milénio, podemos talvez admitir a existência de laços e canais de comunicação de várias ordens, a que alguns centros mais activos poderiam ter dado a coerência necessária.

La Pijotilla, Porto Torrão, Valencina de la Concepción ou, eventualmente, o Arroyo de la Ribera (Gilena, Sevilla) (Romo, Sierra e Vargas, 1988, p. 307) e mais alguns que, com certeza, ainda desconhecemos, podem ter funcionado como verdadeiros lugares centrais, reunindo o papel de santuários, entrepostos comerciais e, eventualmente, centros de decisão política. É de salientar que o carácter aberto destes povoados não tem facilitado a respectiva descoberta, sendo revelador o facto de a maioria ter sido referenciada apenas nos últimos vinte anos.

Ao nível do Alentejo Central, o aparente declínio populacional que ocorreu nos finais do calcolítico e cuja cenografia é, mais do que antes, de cariz eminentemente bélico, pode relacionar-se com uma crise pelo controle de recursos mineiros e/ou de circuitos de distribuição do metal, tendo como resultado uma reorganização do povoamento e a eventual afirmação de novas elites ou das mesmas, assentes numa base diferente.

A cultura material, se esquecermos a novidade da cerâmica campaniforme e a nova dimensão da metalurgia, não se afasta muito dos padrões anteriores; isto sugere que os intervenientes e talvez os principais actores das transformações ocorridas tenham sido sobretudo as populações locais e regionais.

A eventual continuidade da Fonte Ferrenha até ao Bronze Final e a existência de alguns grandes povoados desta época, exige, de momento, uma profunda revisão das leituras mais em voga sobre a Idade do Bronze, no Sudoeste. Os dados recentes do Ribatejo, da Extremadura e da serra de Huelva, desaconselham, por exemplo, a generalização do modelo do povoamento de Sines a outras realidades geográficas.

Na região da serra d'Ossa, salienta-se, antes de mais, uma virtual inexistência de enteramentos em cistas, em contraste com o Baixo Alentejo, a serra de Huelva ou mesmo a Extremadura, o que, aliado à escassez relativa dos povoados, permite, no mínimo, falar de retracção do povoamento em relação ao Calcolítico, fenómeno que, em termos globais, é aplicável a todo o Sudoeste.

O papel da serra d'Ossa como elemento paisagístico estrutural, na tessitura dos diversos territórios que se foram construindo na região, ao longo de todo o período aqui abordado, parece ter sido, de início, relativamente apagado, funcionando sobretudo como um espaço de fronteira e talvez como obstáculo natural à homogeneidade cultural das áreas que separa.

A “domesticação” da região restringiu-se, nessa primeira fase, a outro tipo de paisagens, articuladas com uma estrutura viária natural, cuja principal encruzilhada se localiza um pouco a Sul, nos arredores de Évora.

Mesmo assim, a serra d'Ossa, pode, eventualmente, ter assumido, na paisagem simbólica regional, uma importância que os vestígios arqueológicos não se prestam a confirmar. Os dados mais antigos são já atribuíveis ao Neolítico Final-Calcolítico e não ultrapassam as colinas periféricas, controlando vales relativamente férteis.

Já nos finais do período, a Fonte Ferrenha, o único povoado que parece, neste contexto, estabelecer a ponte com o II milénio a.C., localiza-se já em plena serra, controlando, a partir daí, uma área muito vasta onde todos os povoados anteriores parecem ter sucumbido.

A Fonte Ferrenha anuncia, assim, uma nova forma na vivência do espaço regional, realidade que vai emergir, com uma força extraordinária, nos finais daquele milénio e que implica, pela primeira vez, uma clara recentragem do povoamento regional em função da própria serra (Calado, 1993c, p. 351).

VILA VIÇOSA, JUNHO DE 1995  
revisto em Rio de Moinhos,  
Junho de 2000